

RESENHA:

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. *O trabalho intensificado nas federais. Pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo, Editora Xamã, 2009.

O estranhamento na prática universitária

Carlos Henrique Ferreira Magalhães*

Lattes lattes meu existe alguém mais produtivo-estranhado do que eu?



Antes de descrever brevemente o conteúdo do livro é necessário relatar quem são os seus autores. O professor Sguissardi leciona no ensino superior e pesquisa-o desde o início da década de 1970. Atualmente forma pesquisadores na UNIMEP. O professor João dos Reis já foi Coordenador de um Curso Superior, assim como pesquisava no campo do trabalho e políticas educacionais desde o início da década de 1980. Agora ele exerce a docência e forma pesquisadores na UFSCar. Ou seja: aqui há o encontro desses dois professores com mediações históricas com cerca de quatro décadas que se condensam e objetivam-se nas reflexões produzidas pela pesquisa do trabalho intensificado de 49 professores nas federais, da região sudeste entre os anos de 2006 e 2008. Não se trata de um simples ensaio da prática universitária de algum neófito.

João dos Reis já nos asseverava em 2003 o desenvolvimento desigual e combinado que o capital impunha no metabolismo social no mundo. Ou seja: que as modificações econômicas e extra-econômicas são elaboradas e desenvolvidas conjuntamente. Todavia, para elucidar melhor esse pressuposto faz-se necessário ter uma materialidade, um fato social o qual fique demonstrado, identificado, constatado com coerência e consistência esse pressuposto. No Brasil tal fato é caracterizado com a Reforma do Estado promovida pelo ex Ministro Bresser Pereira no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) na década de 1990, também. Com Chesnais os autores entendem que a mundialização da economia inaugurada na década de 1970 exigiu conjuntamente uma reforma do Estado. A lógica do capital tornou-se mais intensa nas organizações e nas instituições sociais com os princípios da efetividade e da eficiência. No Brasil o ex Ministro Bresser Pereira foi aquele que buscou legitimar e legalizar a mercantilização da universidade estatal. Assim, vê-se nesse momento, com a legalização da dimensão estatal/mercantil as prestações de serviço proliferaram nas universidades estatais públicas. Haja vista que ao invés de fazer ciência com poder crítico a universidade pública estatal a partir de convênios com empresas privadas reforça o ajuste

social à favor do capital, na medida em que ao invés de exigir o aumento do investimento do fundo público na educação superior busca no mercado por meio de parcerias a complementação financeira favorecendo o ajuste fiscal. Fato acontecido no governo de FHC e com continuidade no governo Lula.

Há múltiplas determinações que os professores Sguissardi e João dos Reis revelam para caracterizar, explicar e analisar o estranhamento dos professores das universidades em relação à si, em relação ao outro e em relação à realidade. Sejam os Hospitais Universitários transformados em Organizações Sociais de Interesse Público e buscando na “sociedade civil” os meios para a resolução dos seus problemas materiais, as políticas focais, financiamentos de ONGs, por meio do CNPq, (dirigidas por professores universitários para conquistarem alguma complementação em seus proventos) para promover inclusão social e econômica, mantendo-se a desigualdade de classe no campo e na cidade. Todavia, a regulação-avaliação da produtividade na pós-graduação fez com que fosse assumido uma formação desumana na universidade pública estatal.

Embora em cada universidade pesquisada pelos autores exista sua singularidade construída por meio de sua história há uma identidade entre elas, na medida em que a pós-graduação a partir do modelo Capes de avaliação dos anos 1996/1997 ditou regras legitimando e legalizando o produtivismo acadêmico. Esse intensifica o estranhamento do professor em sua prática universitária. Procurar as revistas 1 A na avaliação da Capes e nela publicar o seu artigo tornou-se a mercadoria de consumo, a mercadoria

desejada de nossos professores nas suas práticas universitárias.

Com isso o “professor pesquisador já a incorporou de tal forma que, para ele, tornou-se natural não ter tempo para o laser, para a família, para o legítimo, necessário e humano descanso do final de semana. Seu trabalho converteu-se em sua droga cotidiana, sua paixão. Muitos trabalhos ou “obrigações” de ofício, tomados messianicamente como missão, têm-nos levado à exaustão, isolando-os inclusive de sua própria família.” (SGUISSARDI, SILVA JÚNIOR, 2009). Ainda os autores nos asseveram que: “...os professores pesquisadores atuam na docência, pesquisa e extensão, dão aulas na graduação e na pós-graduação, preparam aulas, corrigem provas, atendem seus alunos; fazem suas pesquisas, relatórios de pesquisas, artigos e livros para publicação; orientam e, como se verá adiante, em face de sua condição salarial, buscam complemento prestando serviços num tempo e espaço comprimidos, com graves conseqüências para sua saúde, para suas relações familiares em razão da jornada de trabalho extra em casa e nos finais de semana, dentre muitas outras...” (SGUISSARDI, SILVA JÚNIOR, 2009)

Os excertos acima caracterizam o estranhamento em relação a si que a prática universitária vem promovendo em seus docentes.

Observa-se que por meio dos Ministérios de Ciência e Tecnologia e do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior há ações, como por meio da Lei do Bem, sancionada em 2005, as quais promovem incentivos fiscais reduzindo o pagamento de imposto de renda de pessoas jurídicas. Ou seja, vê-se o Estado ajustando sua política em prol do

capital produtivo. Nota-se que os editais do CNPq direcionam as pesquisas na Universidade Pública no sentido de atender os interesses exógenos do capital. Enquanto a Capes a partir de critérios de avaliação promove a cultura do produtivismo acadêmico. Os intelectuais públicos, os educadores engajados foram substituídos pelos professores pesquisadores profissionais, a partir da década de 1990, e com isso a autonomia universitária foi sendo lentamente suprimida. Os professores exercem sua prática universitária estranhos à si, estranhos aos outros e estranhos à realidade.

O capítulo III constatou o estranhamento dos professores no exercício de sua prática universitária. Professores fazem acordos entre si para colocarem o nome no artigo produzido pelo outro, professores buscam a bolsa produtividade do CNPq e suas respectivas taxas de bancada para complementarem seus proventos, professores exigem uns dos outros o aumento da captação de recursos externos, assim como o planejamento de cursos de especialização para conquistar o mercado da capacitação e aumentar a arrecadação departamental. Com isso, os docentes das universidades federais aumentaram as suas demandas, haja vista que as matrículas na graduação e

na pós-graduação tiveram súbita elevação, enquanto a expansão do quadro de técnicos administrativos e docentes não acompanharam o aumento da demanda de alunos, assim como o aumento das demandas do ensino e da pesquisa nas universidades federais. Todos esses fatos além de outros caracterizados e explicados pelos autores indicam a prática universitária cotidiana.

Os professores Sguissardi e João dos Reis concluem indicando a necessidade de reconhecer as razões da realidade posta na atual prática universitária. Haja vista que estamos cegos à calamidade posta nas universidades federais. Isso talvez permita-nos lutar contra o pragmatismo que nos faz professores estranhos à Universidade assim como estranhos aos aspectos fundantes da economia-política que promovem as reformas do Estado entre elas a universitária com a respectiva intensificação do trabalho docente.

Referências

- CHESNAIS, F. **A mundialização do Capital**. São Paulo. Xamã Editora. 1996.
- SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC**. São Paulo. Xamã. 2003.

* **CARLOS HENRIQUE FERREIRA MAGALHÃES** é Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos e professor do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá (DEF/UEM).